

POLICY BRIEF

Promoção da Diversidade, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Políticas, Problemas e Recomendações

2023



NEES Núcleo de Excelência em
Tecnologias Sociais

Gabriel Fortes

Leonardo Soares e Silva

Angelina Nunes de Vasconcelos

Thomaz Veloso



NEES Núcleo de Excelência em
Tecnologias Sociais



Sumário

<i>RESUMO EXECUTIVO</i>	3
<i>PROBLEMAS IDENTIFICADOS</i>	5
<i>RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA</i>	5
1. INTRODUÇÃO	6
<i>1.1 METODOLOGIA</i>	6
2. RESULTADOS	7
<i>2.1 GARANTIA DA LIBERDADE RELIGIOSA</i>	7
<i>2.2 INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</i>	9
<i>2.3 COMBATE AO ABUSO E À VIOLÊNCIA SEXUAL</i>	10
<i>2.4 PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ E DA NÃO VIOLÊNCIA</i>	11
<i>2.5 COMBATE AOS PRECONCEITOS (RACISMO, HOMOFOBIA, ETC.)</i>	13
<i>2.6 INCENTIVO ÀS DISCUSSÕES SOBRE AS DIFERENÇAS DE GÊNERO</i>	14
<i>2.7 DISCUSSÃO</i>	15
<i>2.8 RECOMENDAÇÕES</i>	16
3. CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS	17



Resumo executivo:

Existem disparidades e desafios claros no que diz respeito a promoção de ações para Diversidade, Inclusão e Equidade na escola, **especialmente é possível observar que estas políticas sistematicamente negligenciam equidade de gênero**. A análise das respostas dos secretários municipais no SAEB 2021 revelou desafios presentes nas políticas educacionais brasileiras de promoção de diversidade, inclusão e equidade. Existe falta de uniformidade nas políticas entre regiões, e a questão das relações de gênero é frequentemente negligenciada. Este documento detalha esses problemas e oferece recomendações para abordá-los.

Problemas Identificados:

1. Desigualdade Regional: Falta de uniformidade na implementação de políticas de diversidade, inclusão e equidade em todo o país, resultando em experiências educacionais díspares e potencialmente desiguais para os estudantes provenientes de diferentes regiões, ou seja, apesar das diferentes prioridades de cada município, algumas regiões reportam mais ações que outras.

2. Falta de Abrangência nas Políticas: Os estados que relatam mais ações positivas tendem a ser os mesmos em diferentes áreas, sugerindo uma falta de amplitude nas políticas implementadas entre diferentes estados mesmo em uma mesma região, ou seja, enquanto alguns estados se repetem como proponentes de ações nas escolas para promoção da diversidade, inclusão e equidade (vide Ceará e Santa Catarina) outros aparecem como destaques pela baixa adesão à estas políticas (vide Amazonas e Mato Grosso do Sul).

3. Relações de Equidade Gênero Negligenciadas: As questões de gênero não parecem ser um foco específico das políticas nos Estados em 2021, potencialmente devido à falta de entendimento ou priorização deste tema por parte dos gestores educacionais.

Recomendações de Política:

1. Melhoria do Instrumento de Coleta de Dados: Para desenvolver políticas mais eficazes, é preciso aprimorar a coleta de dados. Isso inclui clarificar as perguntas e especificar a que se refere cada linha de ação proposta.

2. Aproximação das Políticas Locais: Para promover uma experiência educacional mais uniforme em todo o país, é necessária uma maior colaboração e alinhamento entre o MEC, o governo federal e as secretarias de educação municipais.

3. Criação de Guias de Boas Práticas: Recomendamos a criação de manuais abrangentes que orientem a promoção de ações sobre diversidade, inclusão e equidade. Esses manuais podem servir como uma referência para os gestores educacionais, ajudando a garantir que todos os temas importantes sejam abordados de maneira adequada.

1. Introdução

Este Policy Brief, produzido pelo Observatório de Equidade Educacional, visa analisar e fornecer informações essenciais sobre as políticas de promoção à diversidade e inclusão aplicadas por secretarias de educação em municípios brasileiros. O documento busca elucidar e propor soluções para desafios relacionados à diversidade, inclusão e equidade na educação, especialmente para a SECADI, cujo papel central é coordenar a implementação de políticas públicas transversais e intersetoriais em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

A análise baseia-se em dados do SAEB 2021, coletados em meio a um cenário atípico de pandemia. Ainda que este contexto possa ter influenciado as respostas e prioridades das secretarias de educação, o estudo revela questões importantes que demandam atenção e investimento para garantir uma educação mais inclusiva e equitativa. AO abordar esses pontos, este Policy Brief visa contribuir para a reflexão e a troca de experiências, impulsionando o desenvolvimento de estratégias e práticas que promovam uma educação mais justa, diversa e equitativa no Brasil.

1.1 Metodologia

Os dados analisados neste estudo são provenientes do SAEB 2021, o Sistema de Avaliação da Educação Básica, que busca avaliar a qualidade do ensino nas escolas brasileiras. Nesta edição, a pesquisa questionou os secretários de educação sobre a promoção de ações em diferentes âmbitos relacionados à diversidade, inclusão e equidade na escola. As questões abordadas incluíam a garantia da liberdade religiosa, a inclusão das pessoas com deficiência, o combate ao abuso e à violência sexual, a promoção da cultura da paz e da não violência, o combate aos preconceitos (racismo, homofobia etc.) e o incentivo às discussões sobre as diferenças de gênero. Os secretários foram convidados a responder "Sim" ou "Não" para cada uma das ações listadas, indicando se elas foram desenvolvidas ou não pela secretaria junto às escolas. Esta análise é crucial para entender o panorama atual das políticas educacionais no Brasil e identificar as áreas que necessitam de maior atenção e investimento para promover ambientes escolares inclusivos e equitativos.

A análise enfoca os secretários que responderam "Sim" às ações perguntadas, indicando que elas foram contempladas e implementadas em suas respectivas localidades.



As respostas municipais foram agrupadas por estados, proporcionando uma visão mais ampla e regionalizada do desempenho das políticas de diversidade e inclusão no país. Esta organização permite identificar tendências e áreas que necessitam de maior atenção,

A figura 1 destaca as regiões por cores de acordo com o percentual de secretários que indicaram terem realizadas ações neste tema. Tons mais vermelhos indicam que menos secretários realizaram ações e por outro lado tons verdes indicam o oposto.

A análise dos dados indica uma tendência de variação na garantia da liberdade religiosa entre as regiões e estados. A garantia da liberdade religiosa mostra maior atenção no Norte, com destaque para o Pará, e no Sul, com destaque para Santa Catarina. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam porcentagens mais baixas, sugerindo que a garantia da liberdade religiosa pode não ser uma prioridade nessas regiões.

Na Tabela 1 apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **liberdade religiosa**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Pará (66.67)	Amazonas (40.32)
Nordeste	Ceará (63.04)	Piauí (40.63)
Sudeste	Rio de Janeiro (57.61)	São Paulo (46.98)
Centro-oeste	Goiás (58.94)	Mato Grosso do Sul (37.97)
Sul	Santa Catarina (66.78)	Paraná (55.64)

Tabela 1. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de liberdade religiosa dentro de suas respectivas regiões.

Observa-se que dentro de uma mesma região há diferenças significativas, em especial no Norte, Nordeste e Centro-oeste. Um melhor cenário é encontrado na região Sul com uma pequena diferença entre o estado com maior e menor desenvolvimento de ações. Neste caso em particular, percebe-se que o estado do Paraná que apresentou menor indicativo de ações de sua região, está bastante próximo ao Rio de Janeiro que é considerado o melhor de sua região.

Pode-se também analisar este resultado com uma relação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) (ATLAS, 2010) e PIB dos estados (IBGE, 2020). Por exemplo, apesar de São Paulo figurar como o segundo estado com maior IDH-M e maior PIB do país, é um dos que apresenta os piores indicativos de ações de liberdade religiosa.

2.2 Inclusão das pessoas com deficiência

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabelece a educação como um direito da pessoa com deficiência, garantindo o sistema educacional inclusivo em todos os níveis. A educação básica deve estar preparada para atender às necessidades e peculiaridades de cada aluno, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de habilidades. A inclusão de pessoas com deficiência é crucial para a promoção dos direitos humanos. Um exemplo de iniciativa é a parceria entre a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e outras secretarias em São Paulo, fornecendo recursos de tecnologia assistiva aos estudantes da rede municipal de ensino.

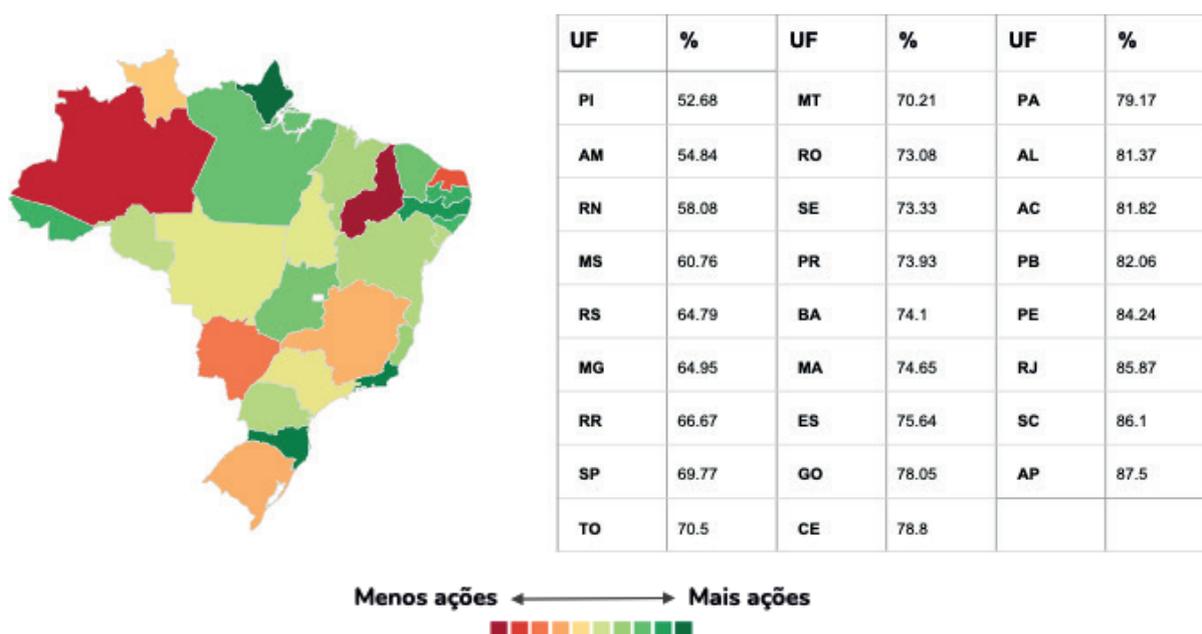


Figura 2.

Pela Figura 2 observa-se uma maior inclusão das pessoas com deficiência nas regiões Sul e Sudeste, especialmente em Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. No Nordeste, o Pernambuco se destaca, enquanto o Norte e o Centro-Oeste apresentam uma variação maior entre os estados. Os dados mostram uma tendência positiva na inclusão das pessoas com deficiência, especialmente no Nordeste, Sudeste e Sul. Essas regiões parecem estar mais avançadas em termos de políticas e ações de inclusão para pessoas com deficiência. Os estados com menores porcentagens podem aprender com as práticas bem-sucedidas das regiões líderes e implementá-las para melhorar a inclusão das pessoas com deficiência em suas áreas.

Tabela 2. apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **Inclusão das pessoas com deficiência**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Pará (79.17)	Amazonas (54.84)
Nordeste	Pernambuco (84.24)	Piauí (52.68)
Sudeste	Rio de Janeiro (85.87)	Minas Gerais (64.95)
Centro-oeste	Goiás (78.05)	Mato Grosso do Sul (60.76)
Sul	Santa Catarina (86.10)	Rio Grande do Sul (64.69)

Tabela 2. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de inclusão de pessoas com deficiência dentro de suas respectivas regiões.

2.3 Combate ao abuso e à violência sexual

O enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é um tema prioritário nas agendas políticas internacionais e nacionais. A educação básica deve abordar este assunto de forma responsável, conscientizando os alunos sobre a importância de denunciar e prevenir estas práticas. Um exemplo de ação é a live "Faça Bonito na Educação" realizada pela Secretaria Municipal de Educação de São José (SC), voltada para profissionais e familiares da rede municipal com objetivo de capacitar na identificação e passo a passo para realização de denúncias de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.



UF	%	UF	%	UF	%
AM	48.39	BA	63.31	GO	72.76
PI	50	MA	66.36	PB	73.54
RN	53.89	ES	67.95	RO	75
MG	54.87	SE	68	PA	75
SP	57.83	RJ	68.48	AL	75.49
RS	58.35	PR	68.67	PE	75.54
RR	60	AP	68.75	CE	78.26
MS	60.76	MT	71.63	SC	80
TO	61.15	AC	72.73		



Figura 3.

O combate ao abuso e à violência sexual tem maior adesão nas regiões Nordeste e Sul, com destaque para o Ceará e Santa Catarina. No Norte, observa-se uma diferença significativa entre Pará/Rondônia e Amazonas, sugerindo uma necessidade de reforçar as ações para os próximos anos. Tabela 3. apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **Combate ao abuso e à violência sexual**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Pará/Rondônia (75.00)	Amazonas (48.39)
Nordeste	Ceará (78.26)	Piauí (50.00)
Sudeste	Rio de Janeiro (68.48)	Minas Gerais (54.87)
Centro-oeste	Goiás (72.76)	Mato Grosso do Sul (60.76)
Sul	Santa catarina (80.00)	Rio Grande do Sul (58.35)

Tabela 3. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de combate ao abuso e à violência sexual dentro de suas respectivas regiões.

2.4 Promoção da cultura da paz e da não violência

A cultura de paz é um elemento essencial na educação básica, promovendo o respeito à vida e à dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito. A escola deve ser um ambiente seguro e acolhedor, onde a não-violência ativa seja praticada, rejeitando a violência em todas as suas formas. A promoção de uma sociedade mais justa passa pela construção de uma escola pacífica e solidária. Um exemplo é o Movimento pela Paz iniciado pela Escola Estadual José Romão, em Piracicaba, com a realização de atividades que estimulam o compartilhamento de mensagens de amor, paz e bem.



UF	%	UF	%	UF	%
RR	40	RS	59.96	AP	68.75
AM	41.94	BA	60.91	ES	70.51
PI	45.98	MA	61.29	PB	70.85
RN	51.5	MT	62.41	PE	72.28
MS	54.43	GO	66.26	RJ	73.91
TO	54.68	PR	66.67	AL	74.51
MG	58.03	RO	67.31	CE	76.09
SP	58.6	PA	68.06	SC	77.97
SE	58.67	AC	68.18		



Figura 4.

A promoção da cultura da paz e da não violência é mais frequentemente relatada como proposta no Nordeste e Sul, com destaque para o Ceará e Santa Catarina. No Sudeste, o Rio de Janeiro se destaca, enquanto no Norte e Centro-Oeste, as porcentagens são mais baixas, indicando áreas de melhoria.

Tabela 4. apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **Promoção da cultura da paz e da não violência**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Amapá (68.75)	Roraima (40.00)
Nordeste	Ceará (76.09)	Piauí (45.98)
Sudeste	Rio de Janeiro (73.91)	Minas Gerais (58.03)
Centro-oeste	Goiás (66.26)	Mato Grosso do Sul (54.43)
Sul	Santa catarina (77.97)	Rio Grande do Sul (59.96)

Tabela 4. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de promoção da cultura da paz e da não violência dentro de suas respectivas regiões.

2.5 Combate aos preconceitos (racismo, homofobia, etc.)

A educação para a diversidade é fundamental para garantir a inclusão, igualdade de oportunidades e enfrentamento de preconceitos e discriminações relacionadas a gênero, raça e sexualidade. A educação básica deve valorizar e respeitar as diferenças entre os indivíduos, promovendo a convivência harmoniosa e o entendimento mútuo. A promoção dos direitos humanos depende de políticas educacionais que abordem essas questões e promovam a igualdade e a justiça. Um exemplo de iniciativa é o projeto realizado pelas escolas públicas de Vitória (ES), que levam seus alunos até a Casa do Cidadão para participarem de oficinas de educação em direitos humanos, educação ambiental, educação para o trânsito, violência doméstica e contra a mulher, sexualidade e diversidade sexual.

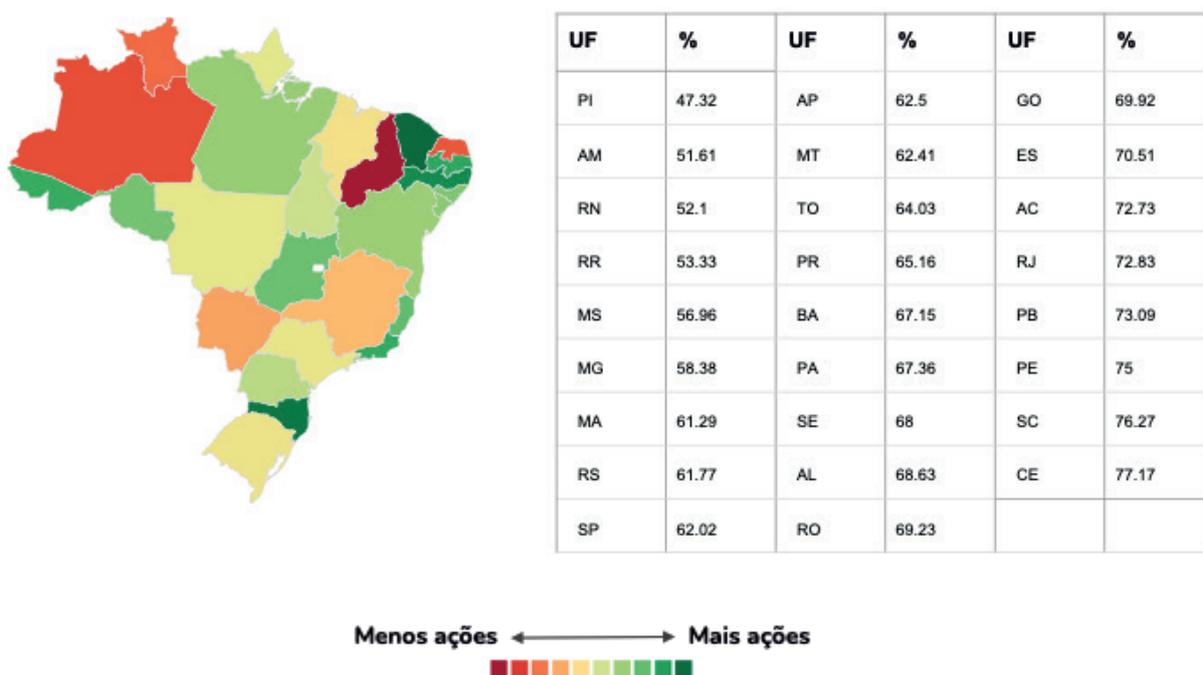


Figura 5.

Segundo as respostas ao SAEB 2021 por parte dos secretários municipais de educação, se percebe que as respostas sobre ações de combate aos preconceitos são mais frequentes no Nordeste, Sul e Norte, destacando-se Ceará, Santa Catarina e Acre, respectivamente. No Sudeste e Centro-Oeste, as porcentagens são mais baixas, indicando a necessidade de reforçar as políticas nessas regiões.

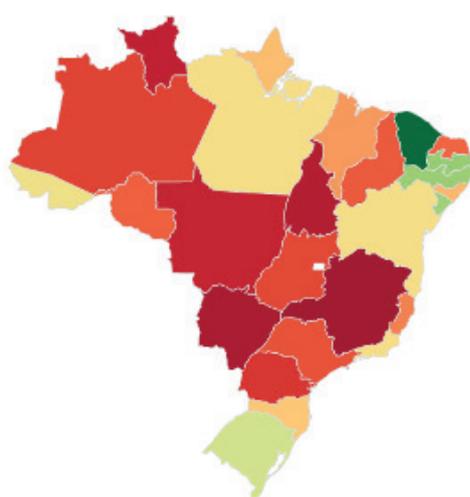
Tabela 5. apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **Combate aos preconceitos (racismo, homofobia, etc.)**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Acre (72.73)	Amazonas (51.61)
Nordeste	Ceará (77.17)	Piauí (47.32)
Sudeste	Rio de Janeiro (72.83)	Minas Gerais (58.38)
Centro-oeste	Goiás (69.92)	Mato Grosso do Sul (56.96)
Sul	Santa catarina (76.27)	Rio Grande do Sul (61.77)

Tabela 5. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de combate aos preconceitos dentro de suas respectivas regiões.

2.6 Incentivo às discussões sobre as diferenças de gênero

Questões envolvendo gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual são fundamentais na promoção dos direitos humanos e devem ser tratadas na educação básica. A escola deve ser um espaço de formação que discuta as relações de poder e as concepções naturalizadas sobre masculinidades e feminilidades, proporcionando um ambiente seguro e inclusivo para todos os estudantes. Ações e políticas educacionais voltadas para a discussão desses temas são essenciais para prevenir e combater a violência, preconceitos e discriminações. Um exemplo de ação é a elaboração das Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que busca orientar a prática pedagógica no tratamento cotidiano das questões de gênero nos espaços escolares.



UF	%	UF	%	UF	%
MG	24.74	PI	30.36	PA	40.28
TO	25.9	RO	30.77	BA	40.29
MS	25.32	RN	31.14	AC	40.91
RR	26.67	ES	33.33	RS	43.26
MT	26.95	MA	35.02	SE	46.67
PR	28.32	AP	37.5	PE	47.28
AM	29.03	AL	37.25	PB	47.53
GO	29.27	SC	38.31	CE	58.7
SP	29.92	RJ	40.22		



Figura 6.

O incentivo às discussões sobre diferenças de gênero é baixo em todas as regiões, com destaque para o Ceará no Nordeste. Esse tema parece ser negligenciado em todos os estados, indicando a necessidade de políticas mais abrangentes e efetivas

Tabela 6. apresentam-se os estados com mais e menos indicativos de ações realizados para a promoção da **Incentivo às discussões sobre as diferenças de gênero**.

REGIÃO	MAIOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES	MENOR DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES
Norte	Acre (40.91)	Roraima (26.67)
Nordeste	Ceará (58.70)	Piauí (30.36)
Sudeste	Rio de Janeiro (40.22)	Minas Gerais (24.74)
Centro-oeste	Goiás (29.27)	Tocantins (25.90)
Sul	Rio Grande do Sul (43.26)	Paraná (28.32)

Tabela 6. Apresenta os estados com porcentagem mais altas e mais baixas de resposta afirmativa para ações de incentivo às discussões sobre as diferenças de gênero dentro de suas respectivas regiões.

2.7 Discussão

A análise das políticas de diversidade, inclusão e equidade implementadas nas secretarias municipais do Brasil revela disparidades notáveis entre as diferentes regiões. Embora algumas regiões tenham apresentado avanços notáveis em áreas específicas, como a prevenção de abuso e violência sexual e a promoção da cultura da paz, outras regiões têm mostrado lacunas persistentes. A repetição de índices negativos em diferentes áreas de ação em alguns estados destaca a necessidade de melhoria na implementação dessas políticas.

A ausência de foco nas questões de gênero é particularmente notável. As discussões sobre as diferenças de gênero estão em baixa em todas as regiões, indicando uma falta significativa de atenção a esta questão crucial nas políticas educacionais.

Essas descobertas apontam para a necessidade de aprimorar o instrumento de coleta de dados para obter informações mais precisas que possam orientar de maneira mais eficaz as ações de promoção de diversidade, inclusão e equidade. Além disso, é crucial uma colaboração mais estreita entre o Governo Federal, MEC e as secretarias de educação municipais para uma coordenação mais eficaz dessas políticas.

2.8 Recomendações

Com base na situação atual, recomendamos as seguintes ações:

1. Aprimorar o instrumento de coleta de dados para garantir informações mais precisas e direcionadas sobre a implementação das políticas de diversidade, inclusão e equidade.
2. Fortalecer a colaboração entre o Governo Federal, MEC e as secretarias de educação municipais para garantir uma coordenação e implementação mais eficaz das políticas de diversidade, inclusão e equidade.
3. Desenvolver manuais de boas práticas para a promoção de diversidade, inclusão e equidade, que possam ser adaptados às necessidades e prioridades específicas de cada escola e região.
4. Implementar políticas e ações específicas para promover discussões sobre diferenças de gênero, uma vez que este tema tem sido negligenciado nas políticas educacionais atuais.
5. Desenvolver estratégias direcionadas para áreas e estados com índices negativos recorrentes, para melhorar a eficácia das ações de promoção de diversidade, inclusão e equidade.
6. Estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínuo das políticas e ações implementadas, para identificar áreas que necessitam de melhorias e assegurar progresso contínuo nesses temas.

3. Conclusão

Garantir a diversidade, inclusão e equidade na educação brasileira exige a implementação efetiva e consistente de políticas em todo o país. Com aprimoramento na coleta de dados, fortalecimento da colaboração entre as diversas instâncias governamentais e fornecimento de recursos abrangentes aos gestores educacionais, podemos começar a preencher as lacunas existentes e promover uma educação mais inclusiva e equitativa para todos os estudantes brasileiros.

Referências

ATLAS (2010). Ranking IDHM Unidades. Recuperado de <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.

Brasil (2007). Caderno 4 - Gênero, diversidade sexual e preconceito. Ministério da Educação. Recuperado de https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf

Governo do Brasil (2020). Liberdade de Religião ou Crença. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/liberdade-de-religiao-ou-crenca/institucional>

HARGREAVES, A.; SHIRLEY, D. The Global Fourth Way: The Quest for Educational Excellence. Corwin Press, 2012.

IBGE (2020). Produto Interno Bruto. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

Ministério da Educação (2006). Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf

Ministério da Educação (2023). Programas e Ações. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes>

Ministério da Educação (2023). SECADI. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/secadi>

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Equity and Quality in Education: Supporting Disadvantaged Students and Schools. Paris: OECD Publishing, 2012.

PUC Minas (2015). Cadernos das Diretrizes de Gênero. Recuperado de <https://www.pucminas.br/pos/psicologia/DocumentosGerais/Publicacoes/cadernos-das-diretrizes-de-genero.pdf>

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (20 de maio de 2021). Escolas municipais promovem ações para fortalecer a cultura de paz nesta quinta-feira (20). Recuperado de <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/escolas-municipais-promovem-acoes-para-fortalecer-a-cultura-de-paz-nesta-quinta-feira-20/>

UNESCO. A guide for ensuring inclusion and equity in education. Paris: UNESCO, 2017.



NEES Núcleo de Excelência em
Tecnologias Sociais